

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 15 | Número 2 | Julho – Dezembro 2021
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

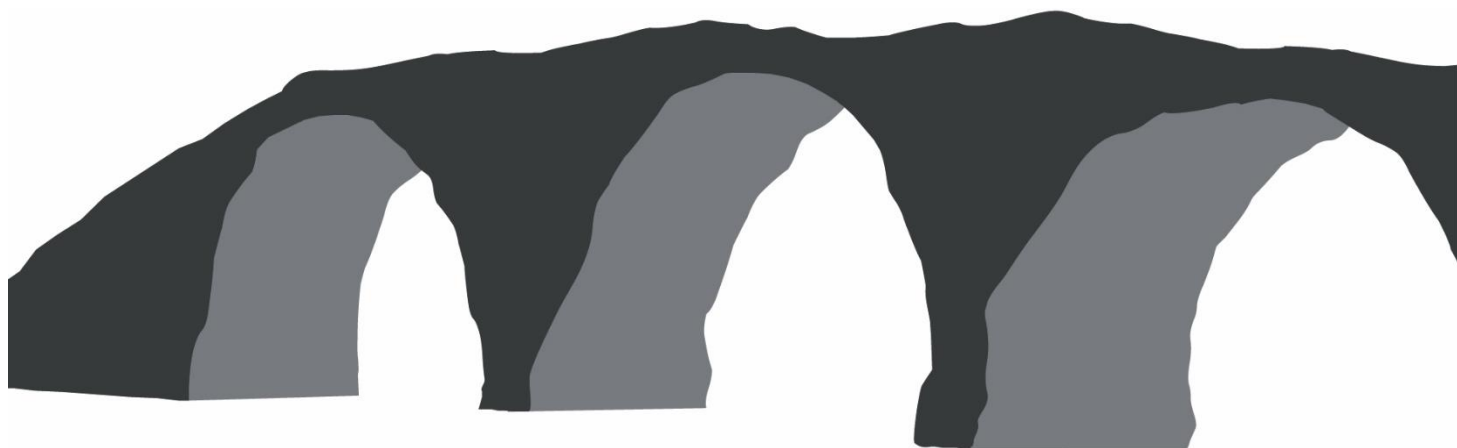
**“ARQUEOLOGIA DO MUNDO MODERNO” E MULTIPERSPECTIVISMO
NA ABORDAGEM SOBRE ESCRAVIDÃO NO ATLÂNTICO SUL**

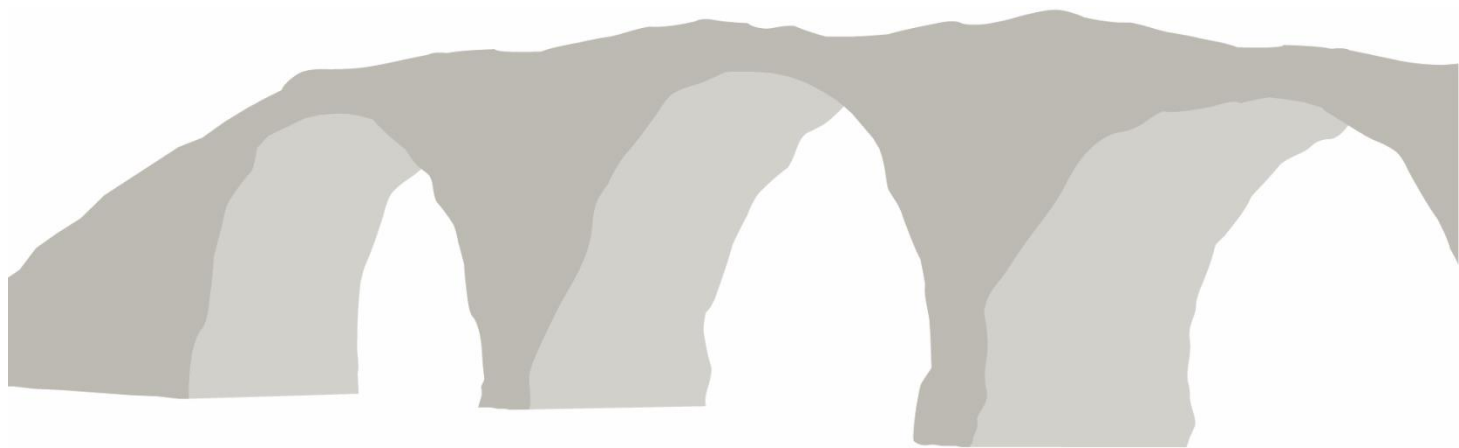
**“ARQUEOLOGÍA DEL MUNDO MODERNO” Y MULTIPERSPECTIVISMO
EN EL ABORDAJE DE LA ESCLAVITUD EN EL ATLÁNTICO SUR**

**“ARCHAEOLOGY OF THE MODERN WORLD” AND MULTIPERSPECTIVISM
IN THE APPROACH TO SLAVERY IN THE SOUTH ATLANTIC**

Camilla Agostini

Fernanda Pinheiro





Submetido em 12/10/2020.

Revisado em: 28/04/2021.

Aceito em: 06/05/2021.

Publicado em 19/08/2021.

**“ARQUEOLOGIA DO MUNDO MODERNO” E MULTIPERSPECTIVISMO
NA ABORDAGEM SOBRE ESCRAVIDÃO NO ATLÂNTICO SUL**

**“ARQUEOLOGÍA DEL MUNDO MODERNO” Y MULTIPERSPECTIVISMO
EN EL ABORDAJE DE LA ESCLAVITUD EN EL ATLÁNTICO SUR**

**“ARCHAEOLOGY OF THE MODERN WORLD” AND MULTIPERSPECTIVISM
IN THE APPROACH TO SLAVERY IN THE SOUTH ATLANTIC**

Camilla Agostini¹

Fernanda Pinheiro²

RESUMO

O conceito de Segunda Escravidão, cunhado pelo historiador Dale Tomich, de certa maneira coaduna com a ideia de “Arqueologia do Mundo Moderno” e a ênfase em uma Arqueologia do Capitalismo, nas definições propostas por arqueólogos como Charles Orser Jr., no primeiro caso, e Matthew Johnson, no segundo. Neste artigo a proposta é pensar sobre como o conceito de Segunda Escravidão complementa e ajuda a consolidar o entendimento de uma Arqueologia do Mundo Moderno associada a uma Arqueologia do Capitalismo, construindo uma ponte entre os debates estabelecidos no âmbito das disciplinas de história e arqueologia, particularmente dedicadas ao estudo do Mundo Atlântico dos oitocentos. Por outro lado, essas abordagens trazem um desconforto da ênfase de uma perspectiva eurocêntrica. Ressalta-se o desafio de pensar esse processo de formação do mundo moderno no plural, aumentando o espectro de perspectivas sobre ele. Não apenas tendo como parâmetro principal a perspectiva marcada pela história do capitalismo, particularmente se pensamos a experiência de africanos e afrodescendentes na Diáspora. Da reflexão sobre essas abordagens, são trazidas para a pauta, ainda, questões sobre a própria definição do campo da chamada “Arqueologia Histórica” e suas implicações.

Palavras-chave: segunda escravidão, Arqueologia Histórica, mundo Atlântico.

¹ Professora adjunto do Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos de Cultura Material / UERJ. E-mail: camilla.rio.br@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5104-8819>.

² Historiadora vinculada ao LABHOI-UFF e ao Grupo de Pesquisa em Estudos de Cultura Material como pesquisadora colaboradora. E-mail: fernandapm@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7089-5028>.

RESUMEN

El concepto de Segunda Esclavitud, acuñado por el historiador Dale Tomich, en cierto modo está en consonancia con la idea de “Arqueología del Mundo Moderno” y el énfasis en una Arqueología del Capitalismo, en las definiciones propuestas por arqueólogos como Charles Orser Jr., en el primer caso, y Matthew Johnson, en el segundo. En este artículo, la propuesta es pensar cómo el concepto de Segunda Esclavitud complementa y ayuda a consolidar la comprensión de una Arqueología Mundial Moderna asociada a una Arqueología del Capitalismo, construyendo un puente entre los debates establecidos dentro de las disciplinas de Historia y Arqueología, especialmente dedicada al estudio del Mundo Atlántico de los ochocientos. Por otro lado, tales enfoques traen a la agenda un malestar por su perspectiva eurocéntrica, que hay que recordar. Se destaca el desafío de pensar este proceso de conformación del mundo moderno en plural, aumentando el espectro de perspectivas sobre el mismo. No solo teniendo como parámetro principal la perspectiva marcada por la historia del capitalismo, sobre todo si pensamos en la experiencia de africanos y afrodescendientes en la Diáspora. Las reflexiones sobre estos enfoques también traen a la agenda preguntas sobre la propia definición del campo de la llamada “Arqueología Histórica” y sus implicaciones.

Palabras clave: segunda esclavitud, Arqueología histórica, mundo Atlántico.

ABSTRACT

The concept of Second Slavery, coined by historian Dale Tomich, in a way fits the idea of an “Archaeology of the Modern World” emphasizing an Archaeology of Capitalism in the definitions proposed by archaeologists such as Charles Orser Jr., in the first case, and Matthew Johnson, in the second. This article debates the understanding of an Archaeology of Modern World linked to an Archaeology of Capitalism through the concept of Second Slavery. It builds a bridge between established debates within the disciplines of History and Archaeology, particularly in their study of the Atlantic World of the 1800s. On the other hand, such approaches bring to the agenda a discomfort due to its Eurocentric perspective, highlighting the challenge of plural thinking on the formation process of the modern world on the need to increase the spectrum of perspectives about it. Capitalism and its history should not be the approaches’ main perspective, especially considering the experience of Africans and Afro descendants in the Diaspora. Caring for these experiences allows to question the own definition of “Historical Archaeology” and its further implications.

Keywords: second slavery, Historical Archaeology, Atlantic world.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz reflexões sobre o campo da Arqueologia Histórica. Procuramos aproximar debates historiográficos e arqueológicos particularmente interessados nos estudos sobre Mundo Atlântico dos oitocentos. Nesse sentido, trazemos uma reflexão sobre como o conceito de Segunda Escravidão – cunhado no âmbito da historiografia sobre Escravidão, Diáspora e Mundo Atlântico – complementa e ajuda a consolidar o entendimento de uma Arqueologia do Mundo Moderno ou uma Arqueologia do Capitalismo. Definições essas que, para alguns autores, fundamentam as bases do que se entende por “Arqueologia Histórica”. Como mencionado, mais especificamente, a reflexão tem como ênfase o campo da arqueologia dedicada aos contextos associados ao Mundo Atlântico do século XIX.

A articulação dessas abordagens, contudo, tem também um outro lado e, com ele, um desconforto: o imperativo da perspectiva racionalista, secular e eurocêntrica³, ressaltando o desafio de se pensar o processo de formação do “mundo moderno” no plural, aumentando o espectro de *perspectivas* sobre ele, e não apenas tendo como parâmetro principal a história do capitalismo e da modernidade. Ambos os campos – da arqueologia e da história – podem se beneficiar com a pluralidade de perspectivas possíveis fora do eixo modernidade-capitalismo.

Nesse sentido, do ponto de vista das abordagens, ressaltamos a ênfase no multiperspectivismo, ampliando os espectros interpretativos possíveis, como sugere Douglas Kellner (2001); mas, também, considerando as múltiplas experiências a partir de gramáticas culturais particulares e diversas, seguindo os alertas de Dipesh Chakrabarty (1997) e outros autores (Slenes, 1999; Mintz & Price, 1976). Ao final do artigo, coloca-se como destaque estudos de casos nos quais sujeitos históricos são entendidos a partir de referenciais próprios e não necessariamente apenas como partes da engrenagem capitalista que faz mover o mundo. Embora esses sujeitos possam ser vistos como partes dessa engrenagem e de processos complexos que integram a formação social da sociedade escravista, por exemplo – tal como o processo de escravização –, quando lançadas outras lentes, eles podem ainda nos levar a adentrar outros mundos e outras redes de saberes, solidariedades e entendimentos daquela mesma realidade.

“ARQUEOLOGIA HISTÓRICA”?

Partindo do princípio de que é amplamente acordado entre pesquisadores que há equívocos implícitos no termo “pré-história” – e aqui não parece necessário retomar as ideias que o fundamentam (Young, 1988) –, como podemos continuar delimitando a sua contrapartida, ou seja, uma arqueologia “histórica”? Não prescindiria ela dos mesmos princípios que fundamentam os equívocos de se chamar o passado mais antigo, remoto ou pré-colonial de “pré-histórico”?

Não teriam história os grupos pré-históricos? A Arqueologia Histórica se define pela primazia da fonte escrita? Daremos à escrita esse lugar de autoridade; de exclusivamente conceder história aos grupos humanos? E quanto à longa duração de trajetórias que perpassam os tempos antes e depois da escrita, como a dos grupos indígenas, que seriam ao mesmo tempo pré-históricos e históricos, como ressaltam os arqueólogos Pedro Paulo

³ Ver as críticas de Dipesh Chakrabarty (1997).

Funari e Lucio Menezes Ferreira (2016); a que arqueologia eles pertenceriam? Não seguimos equivocados também com essa denominação? No âmbito da gestão do patrimônio, existem ainda outras implicações. Por conta da extensão desse debate, não será possível incluí-lo aqui.

Um breve mapeamento da situação pode ajudar. Não se pode considerar que a chamada Arqueologia Histórica tenha na sua trajetória um mesmo perfil em todas as partes do mundo. Essa foi uma questão debatida no 3º congresso do WAC (World Archaeological Congress), que ocorreu na Índia, tal como Funari (1999) ressaltou em seu artigo no final da década de 1990. O autor questionou, já naquela época, se seria possível pensarmos em uma Arqueologia Histórica a nível mundial, já que ela era originalmente definida como um campo no e para o Novo Mundo, por assim dizer (Funari, 2002).

Se a Arqueologia Histórica nasce nos contextos das Américas e da Austrália, sua definição não se aplicava, por exemplo, a contextos europeus em que as pesquisas temporalmente análogas tratavam de uma Arqueologia chamada Pós-Medieval. Isto é, numa questão de paralelismo temporal, ambas abordavam o período pós-século XV: a Arqueologia Histórica nas Américas e a Arqueologia Pós-Medieval na Europa – definição de tempo histórico não considerado pela historiografia.

Paul Courtney (2009) apresentou, em linhas gerais, a chamada Arqueologia Pós-Medieval na Europa com um perfil bastante descritivo nas suas práticas de pesquisa. A arqueologia europeia de um passado mais recente tem, ainda, seu campo marcado tradicionalmente por uma temporalidade definida segundo marcos do tempo histórico-universal⁴ (Koselleck, 2014): arqueologia clássica, arqueologia medieval, pós-medieval (moderna e contemporânea); ou por áreas de conhecimento como egiptologia, arqueologia bíblica, etc.

Mesmo que sincrônica à Arqueologia Pós-Medieval europeia, o campo da Arqueologia Histórica não pode ser encarado como uma equivalência disciplinar em um contexto espacial diferente, seja em abordagem, seja nas práticas de pesquisa. Suas definições ultrapassam as meras determinações cronológicas. A seguir, traçamos um breve panorama sobre os principais debates que permeiam essas conceituações antes de questionar sua legitimidade terminológica.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA COMO UM PROBLEMA: A FORMAÇÃO DO MUNDO MODERNO

Em meados da década de 1990, o arqueólogo estadunidense Charles Orser Jr. (1992), e posteriormente Orser Jr. em conjunto com Bryan Fagan (Orser Jr., 2013; Orser Jr. & Fagan, 1995), com o intuito de fortalecer conceitualmente a Arqueologia Histórica, chamou a atenção para que os pesquisadores estivessem atentos às suas escolhas e às suas práticas, considerando que esse campo de estudos poderia ser definido por três vieses diferentes.

No primeiro, o entendimento da Arqueologia Histórica se daria a partir de um ponto de vista cronológico, temporal, tendo como marco a invasão europeia das Américas. No segundo, ele seria determinado por um ponto de vista metodológico, pela qualidade das fontes disponíveis – especialmente pela disponibilidade de registros escritos – para serem cruzadas com a cultura material, diferente de contextos mais recuados; e o potencial interpretativo que advém desse qualitativo empírico. Por fim, e, segundo o autor, preferencialmente, a abordagem do campo deveria ser pensada a partir de um problema. Este, no caso, seria o processo de

⁴ Categorias temporais artificiais que buscam em essência criar bases comparativas pautadas em um eixo-temporal comum às diversas culturas com cronologias próprias.

formação do mundo moderno. Nesse sentido, quatro aspectos ou conceitos seriam inevitáveis ou perpassariam as questões no âmbito da Arqueologia Histórica: o colonialismo, o eurocentrismo, o capitalismo e a modernidade.

Em relação ao conceito de modernidade, devemos fazer algumas ressalvas: a primeira é a diferenciação entre Idade Moderna enquanto categoria de tempo, e Modernidade como cosmovisão, embora estejam intrinsecamente ligadas. É convencional na historiografia que se utilize a categoria de Idade Moderna como periodização para o intervalo de tempo entre o final da Idade Média (tendo como marco o ano de 1453 d.C.) e o início da Contemporaneidade (marcada pela Revolução Francesa em 1789). Koselleck aponta que a criação dessas divisões e categorias de tempo como períodos histórico-universais teria sido um projeto dos humanistas “para se orientar fora do eixo cristão de tempo, tendo como base referências intelectuais da Antiguidade” (Koselleck, 2014, p. 271). Essa criação teria servido ainda a outros grupos, que se utilizaram da pretexto neutralidade de um “eixo temporal comum para medir e comparar diferentes Estados e culturas por meio de uma cronologia comum” (Koselleck, 2014, p. 272), justificando as práticas imperialistas através de hierarquias evolucionistas. O autor, entretanto, reconhece que:

(...) Esses nomes de períodos e épocas, inicialmente vinculados a temas específicos, não conseguem (...) cumprir seu papel de captar a multiplicidade de manifestações históricas. Além disso, esses conceitos de períodos permanecem limitados à história europeia e só podem ser aplicados de forma metafórica a outras culturas (Koselleck, 2014, p. 273).

Afinal, “não existe só um tempo na historiografia, mas uma multiplicidade de tempos” (Koselleck, 2014, p. 271). E é a favor dessa multiplicidade que nos propomos aqui a refletir sobre as limitações de categorias temporais rígidas e eurocentradas nas definições de diferentes campos de estudo.

Já o conceito de Modernidade enquanto cosmovisão elenca diversos debates e significados. Aqui partimos do entendimento de Marshall Berman, que a define como o conjunto de experiências vitais, “experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida” (Berman, 2007, p. 11), compartilhado por homens e mulheres de forma universal desde a consolidação do capitalismo enquanto sistema global. Essas experiências teriam como base diversas e profundas modificações no contexto da globalização do mundo, tais como processos de mudanças culturais, políticas, econômicas, tecnológicas e até mesmo de percepções do mundo e do tempo e espaço, permeando a expansão e a consolidação do capitalismo no mundo.

Buscando um melhor entendimento sobre a modernidade, Berman a divide em três etapas. A primeira se passaria entre o início do século XVI e o final do XVIII, quando o modo de vida moderno ainda era experimentado sem que fosse dominante. A segunda etapa começaria com a Revolução Francesa (1789), inaugurando a instabilidade explosiva revolucionária que permeou o sentido de modernidade, e duraria até o final do século XIX. E, por fim, o autor entende que no século XX haveria a expansão da modernização de forma virtualmente universal, tal como a experienciamos hoje. A proposta neste artigo é focar na segunda fase, que coincide temporalmente também com estudos sobre Diáspora Africana e a consolidação do capitalismo enquanto sistema mundial, incluindo o período ilegal do tráfico de africanos para Brasil.

Em grande medida, as noções de Arqueologia Histórica – nas bases propostas por Orser Jr., especialmente a sua definição do campo como um problema – foram posteriormente reforçadas nas práticas de pesquisadores

em contextos norte e sul-americanos, notavelmente pelos estudos de Mark Leone, com sua visão crítica de uma Arqueologia do Capitalismo.

Leone se destaca a partir do estudo crítico da arqueologia do capitalismo com olhar voltado para os oprimidos e suas estratégias de resistência ao controle ideológico reproduzido através de séculos. Sua proposta é de que o campo da Arqueologia é político e deve ser desenvolvido a partir da negociação e diálogo com grupos contemporâneos que se identificam com os passados estudados pelos arqueólogos (Leone, 1995). O objetivo final é indagar a arqueologia sobre um passado que reverbera no presente em forma de opressão e exclusão.

Posteriormente, Matthew Johnson (1996; 1999), ao desenvolver estudos no âmbito do que chamou de uma Arqueologia do Capitalismo na Inglaterra, inspirou muitas pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos, Caribe e América do Sul sobre suas experiências coloniais no chamado Mundo Moderno, reforçando a implicação da “experiência do capitalismo”, por assim dizer, como uma marca definidora do próprio campo da chamada Arqueologia Histórica.

Johnson (1996) sugere observar o processo de estruturação do capitalismo no surgimento de um “capitalismo rural” na Inglaterra em termos de práticas culturais que deixaram traços materiais em contextos específicos, ou seja, em uma microescala. Observando a mudança no padrão mental e no padrão da materialidade (incluindo do espaço/da paisagem), o autor nota a mudança no papel dos objetos como ponto-local de articulação das relações sociais, culturais e econômicas, permitindo, com isso, registrar a emergência de novas estruturas e sistemas, como, no caso, o próprio capitalismo, ou seja, chegando a abordar questões de nível macro.

Tanto do ponto de vista temporal e temático quanto conceitual e historiográfico (do ponto de vista da problemática sobre o processo de estruturação do capitalismo), a abordagem de Johnson é condizente com a perspectiva do historiador marxista inglês Edward. P. Thompson (1998). Tal convergência pode ser elucidada quando o olhar da História Social lança mão da abordagem sobre a *experiência* e sobre como o *costume* se articula a uma *cultura política*, por exemplo.

Fazendo uso da mesma referência de escala: particularista, contextual, micro; que, ainda assim, permite inferir sobre a estruturação de um novo sistema em nível macro, como mencionado anteriormente, o enfoque é perceber essa estruturação a partir de suas capilaridades e não os projetos pretendidos pelas forças que os governavam.

O ponto de encontro fundamental entre o olhar de M. Johnson e E. P. Thompson, em escala e em abordagem, é a dimensão do *cotidiano*. O cotidiano, nessas perspectivas, pode ser considerado uma chave para integrar abordagens, bem como para a leitura de empirias de naturezas diferentes, que são marcadas por temporalidades diversas, permitindo que todas elas possam ser lidas por uma mesma lente: isso é mantendo o olhar sobre o problema de pesquisa na escala do cotidiano. Metodologicamente, isso aproxima e permite a justaposição das empirias e das abordagens (arqueológica/histórica) com suas escalas espaço-temporais a princípio distintas. Nesse ponto, a arqueologia estabelece, para além da História Social de Thompson, uma ponte com a micro-história italiana, que também se dedica a analisar o passado através da pequena escala, a partir de indícios, pistas e rastros, e um passado subalterno (Ginzburg, 2007; Revel, 1998; Lima, 2006). Esforços de diálogo nessa direção na arqueologia podem ser apreciados nos trabalhos de Mary Beaudry (2008) e Brooks & Decorse (2008) nos Estados Unidos e nos de Loredana Ribeiro (2012) e Agostini (2010; 2013) no Brasil, por exemplo.

Embora Matthew Johnson abra portas para esse debate – deixando bastante claro que não advoga em nome de generalizações, de grandes teorias que devam ser aplicadas mundialmente, ou qualquer interesse por estabelecer a definição de um campo de estudo –, na prática podemos considerar que suas proposições “por uma Arqueologia do Capitalismo” vieram a reforçar teoricamente as proposições de Orser Jr. que seguiam, sim, nessa direção (ao propor as bases para definir o campo de uma “Arqueologia Histórica”), inspirando pesquisas que cruzavam e reafirmavam ambas as chancelas nas Américas⁵.

Assim, apesar de ter dedicado seus estudos ao século XVIII (e períodos anteriores), pode-se pensar se Johnson veio a inspirar parte dos estudos e a própria definição do que veio a ser conceituada como Arqueologia Histórica nas Américas, mesmo para períodos posteriores, como o século XIX, por sua ênfase e abordagem em uma “Arqueologia do Capitalismo”, assim como fizera Mark Leone a partir do viés da Arqueologia Crítica.

SEGUNDA ESCRAVIDÃO

Chamando a atenção para o subaproveitamento de literaturas que poderiam nos ajudar a amadurecer ou refinar determinadas proposições, como o diálogo com a abordagem Thompsoniana e a Micro-História na arqueologia, parece relevante trazer para a cena desse Mundo Moderno em formação, de um capitalismo emergente no Mundo Atlântico, o conceito de Segunda Escravidão. Originalmente proposto pelo historiador Dale Tomich em 1988 (Tomich *et al.*, 2011) e posteriormente incorporado por diversos estudiosos da Diáspora Africana sobre o século XIX, o conceito de Segunda Escravidão de certa maneira coaduna com a ideia de Arqueologia do Mundo Moderno na definição de Charles Orser Jr. e com a ênfase em uma Arqueologia do Capitalismo, ressaltada por Matthew Johnson.

Os dois argumentos – o da perspectiva histórica e o da perspectiva arqueológica – reforçam o olhar para determinada estrutura (relativa ao sistema-mundo) enquanto um *processo* de formação do mundo capitalista, criando um problema-eixo abrangente para os pesquisadores. Incorporar o conceito de Segunda Escravidão reforça a relevância de se pensar esse processo e suas especificidades. Além disso, destaca a importância de se discutir a orientação das pesquisas a partir de um problema e não apenas por determinações cronológicas ou possibilidades metodológicas, como ressaltou Orser Jr., ressaltando, com isso, aspectos de uma dinâmica do Mundo Atlântico (Gilroy, 2002; Hall, 2009).

A proposta de Dale Tomich (2011) parte do princípio de que a escravidão não pode ser vista como um sistema único e homogêneo, seja espacialmente, o que implica que cada país escravista assumiu particularidades históricas; seja temporalmente, isto é, com variações ao longo de seus quatro séculos de existência no Mundo Atlântico. É natural pensar, a partir do conceito, que a existência de uma Segunda Escravidão pressupõe uma ruptura com aquilo que os autores entendem como Primeira Escravidão (ocorrida no chamado Novo Mundo de 1520 a 1800, de caráter colonial). Essa ruptura, de acordo com Dale Tomich e Robin Blackburn (2011), seria resultado do advento da modernidade e da industrialização como resposta dos sistemas escravistas a essas mudanças, sendo estes reformulados de acordo com especificidades locais.

A tese principal deriva da ideia de que essas reformulações foram realizadas não como consequências passivas às mudanças internacionais, mas como condição essencial para a reprodução do capital produtivo. Ou

⁵ Aqui seria impossível enumerar as pesquisas e publicações dentro e fora do Brasil em diálogo e sob a influência dessa abordagem sobre o mundo capitalista, no âmbito da chamada Arqueologia Histórica.

seja, elas foram necessárias para a expansão e consolidação do capitalismo enquanto sistema mundial. A ascensão da hegemonia britânica sobre o globo e sua reorganização tecno-produtiva afetaram a flutuação de preços internacionais de produtos agrícolas e o aumento do consumo de *commodities*. Algumas áreas coloniais escravistas, antes centrais, não acompanharam o ritmo do mercado e entraram em declínio. A desestruturação dos sistemas escravistas em países como Haiti, Jamaica e Antilhas, relegadas a partir de então a uma situação marginal dentro do mercado, não significou, porém, o colapso da escravidão no sistema-mundo.

A proposição de Tomich se contrapõe à leitura historiográfica de que a escravidão como sistema de trabalho nas Américas no século XIX seria arcaica e incompatível com os avanços da modernidade europeia e do sistema capitalista, marcados pelo trabalho assalariado livre, sendo seu declínio inevitável (Sodré, 1967; Cardoso, 1975; Gorender, 1978). O autor reforça que Cuba, Brasil e o Sul dos Estados Unidos renascem nesse contexto, a partir de situações marginais na economia atlântica no século XVIII, e se reconfiguram para atender às demandas do mercado internacional. Esse escravismo teria então assumido uma estrutura peculiar, sendo caracterizada por um novo “escravismo-capitalista”, obedecendo uma lógica produtiva industrial. Isso significou, na prática, o aumento no controle, opressão e violência sobre os escravizados, a intensificação do caráter racial da escravidão e a estruturação do tráfico ilegal de africanos.

É interessante pensar que a hegemonia britânica se configurou espacialmente no controle da dinâmica de navios e do fluxo de mercadorias no Atlântico, incluindo a fiscalização do tráfico ilegal de escravos e o controle alfandegário do fluxo de mercadorias de uma maneira geral. Sabemos que a Inglaterra criou sanções contra o tráfico de escravos para as suas colônias e para outros países dependentes em um contexto de fortes pressões de um movimento abolicionista internacional. No entanto, trabalhos como os de Rafael Marquese (Marquese & Tomich, 2009) têm demonstrado que os bancos ingleses continuavam a subsidiar o escravismo no Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos com o intuito de baratear o mercado internacional de produtos primários, alimentando a Indústria e definindo as relações de poder nessa nova divisão internacional do trabalho.

Analisando de forma mais profunda a nova organização produtiva das periferias, observamos que Cuba, absorvendo a especialização tecnológica dos egressos do Haiti, após a revolução, ficou à frente da produção de açúcar, com base na força de trabalho negra, africana e afrodescendente. Os Estados Unidos, com a expansão da fronteira agrícola, dominou o mercado do algodão. E o Brasil, com o aumento do controle e da violência sobre a força de trabalho escravo – incluindo o planejamento de uma paisagem voltada para o aumento da eficácia produtiva por meio do controle da circulação dos trabalhadores escravizados –, assumiu à frente na produção e venda do café. Assim, essas respostas, em forma de novas engrenagens, resultaram na criação de áreas de monopólio dentro da dinâmica comercial do sistema-mundo, que tinha a hegemonia da Inglaterra recém-industrializada.

O tráfico ilegal também fez parte dessa nova engrenagem, com o aumento exponencial da importação de africanos. A clandestinidade era uma estratégia necessária ao novo sistema, que fazia girar a sua própria e complexa engrenagem. Às atividades clandestinas inclui-se o aumento da violência e da tensão social no litoral; o estabelecimento de redes de corrupção envolvendo elites escravocratas, traficantes de escravos, políticos e jornalistas que viabilizavam o comércio ilegal de gente; e acordos políticos encobertos por essa rede de corrupção. Além disso, havia também a montagem de estruturas arquitetônicas para recepção dos africanos espalhadas ao longo da costa, fugindo de uma possível fiscalização, o que implicava na estruturação física, material de um processo social de escravização, agora clandestino, até que os africanos chegassem ao seu destino final e fossem totalmente encobertos entre as escravarias locais (Agostini, 2011a; Agostini & Almeida, 2019).

Os argumentos do arqueólogo Charles Orser Jr. sobre a formação de um Mundo Moderno (reforçados pela ênfase em uma Arqueologia do Capitalismo) e os argumentos sobre a Segunda Escravidão reforçam o olhar para uma conjuntura enquanto um *processo* de formação do mundo capitalista em escala macro ou estrutural-sistêmica, como mencionado anteriormente. Do ponto de vista da chamada Arqueologia Histórica, incorporar o conceito de Segunda Escravidão – ou o debate em torno dele – reforça a relevância de se pensar esse processo, incorporando algumas de suas especificidades nos oitocentos.

O BRASIL NO MUNDO ATLÂNTICO NO SÉCULO XIX

Encerrando esse debate sobre arqueologia no Mundo Atlântico do século XIX, trazemos para a conversa pesquisadores brasileiros e como estão inseridos nesse contexto. Os estudos de Tania Andrade Lima (1997), desenvolvidos na década de 1990, coadunam com a tese de Maria Isaura Pereira (1973), que vê a escravidão do século XIX fundada em uma sociedade arcaica, patriarcal e o século XIX como um período embrionário do capitalismo: em que a importação de hábitos e bens de consumo já existia ainda que esse sistema não estivesse sido implantado no Brasil. O capitalismo propriamente só viria com a república, no final do século XIX, segundo Lima (1999), mas principalmente com o processo de industrialização no século XX. Seus estudos sobre costumes e práticas de consumo, cruzando fontes históricas e arqueológicas, sem dúvida, marcaram a produção arqueológica brasileira com trabalhos interpretativos na chamada Arqueologia Histórica de então (Lima, 1994; 1995; 1996; 1997; 1999).

Permeando os recônditos dos costumes de sentar-se à mesa, das práticas de higiene, do universo feminino, da ideologia da morte do que a autora chama de uma burguesia emergente (Lima, 1999), e colocando-os em diálogo com a abordagem de uma arqueologia do capitalismo de Mathew Johnson, o conceito de *experiência*, no olhar da Micro-História de E. P. Thompson, é ativado, mesmo que este, que tem seus estudos sedimentados na chamada história vista de baixo, não seja uma referência nas pesquisas de Lima. A autora tem como referencial historiográfico a tese de Décio Saes (1985), que analisa a escravidão como parte de um Estado escravista moderno (enquanto categoria de tempo, contraposto à contemporaneidade). A transformação deste em Estado burguês, a partir da Revolução Política Burguesa, marcaria a mudança progressiva das relações de produção escravistas para capitalistas. Essa condição seria apenas completa com a proclamação da República e a industrialização. Nesse sentido, o Brasil do século XIX não seria propriamente capitalista, ainda que se observasse o surgimento e difusão de valores, práticas e comportamentos típicos da burguesia, que em geral antecedem à implementação do capitalismo em sociedades periféricas de economia dependente (Lima, 1999). Esse olhar ajudou a autora a embasar a sua proposição sobre a emergência de um modo de vida burguês antes da instalação do capitalismo propriamente dito.

Mais recentemente, autores como o historiador Rafael Marquese – que tem se dedicado a investigar o contexto brasileiro a partir do paradigma da Segunda Escravidão em diálogo estreito com a bibliografia arqueológica para a interpretação de paisagens sociais – consideram que o Brasil no século XIX já fazia parte da engrenagem capitalista. A escravidão teria sido, como visto, reestruturada nos países dependentes para atender ao capitalismo europeu, passando os países periféricos a fazer parte do modo de produção capitalista com suas especificidades locais. Isso significaria a inserção ativa do Brasil, Cuba e Estados Unidos enquanto países capitalistas (ou “escravistas-capitalistas”) no mundo, e não apenas economias coloniais ditadas pelo ritmo de mercado capitalista europeu.

Marquese (2006) faz uma análise da paisagem do café, seja na arquitetura do chamado quadrilátero funcional, seja na conformação da paisagem natural – com as fileiras de café plantadas em linha reta para controle da escravaria, sem cuidados ambientais com a erosão que isso causava; em vez de plantar respeitando a curva de nível, por exemplo. Para essa análise, o autor observou juntamente manuais agrícolas e fontes manuscritas e as estratégias de controle e redução das margens de autonomia que os grupos escravizados teriam passado a experienciar na região de *plantation* do Vale do Paraíba nos oitocentos.

A perspectiva de ambos os autores sobre a implantação desse sistema – fosse a sua estruturação na paisagem, como nos estudos de Rafael Marquese, fosse nas suas expressões miúdas, silenciosas e cotidianas, interpretadas por Tania Andrade Lima – ajuda a pensar em como se davam as experiências locais dos projetos hegemônicos europeus de um capitalismo em expansão.

Ressaltando algumas pesquisas para o entendimento do Brasil no Mundo Atlântico e da escravidão brasileira nessa arena de debates, podemos ressaltar os trabalhos em conjunto do arqueólogo Luís Cláudio Symanski e o historiador Flávio Gomes. Em parceria institucional, os autores coordenam o projeto *Café com Açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista*, além de conduzir suas pesquisas particulares. No âmbito do projeto em questão, Symanski e Gomes vêm realizando estudos sobre as experiências da escravidão e do pós-emancipação, investigando a partir da cultura material as estruturas de dominação e resistência dentro desse sistema. Os trabalhos de campo vêm sendo realizados em Campos dos Goytacazes e no Vale do Paraíba sul-fluminense, duas importantes regiões para as economias açucareira e cafeeira respectivamente.

A partir do caráter comparativo das pesquisas, os autores buscam entender como as estratégias de agência e resistência de grupos escravizados variavam em razão de diferenças econômicas, sociais e culturais nas duas regiões. Observando na cultura material as mudanças ao longo do tempo e as variações estéticas de grupos de diferentes origens (podendo representar a reprodução de estilos típicos de suas sociedades africanas matrizes), os autores abordam também as múltiplas formas de existir e resistir enquanto homens e mulheres escravizados (Symanski & Gomes, 2013).

As identidades expressas a partir dos usos diferenciados da cultura material se estabeleceram a partir de referenciais diferentes dos impostos pela cultura hegemônica. Dessa forma, os estudos de Symanski e Gomes, pautados na heterogeneidade dos grupos escravos, evidenciam que a lógica hegemônica eurocêntrica não pode ser usada para interpretar os vestígios de grupos cujas vidas eram significadas a partir de referenciais próprios.

Em *Rebeliões, ferreiros e cultura material* (Symanski & Gomes, 2019), os autores partem desse mesmo princípio para analisar a cosmologia do ferro em contextos de senzala no sudeste escravista, em que a maioria dos escravizados era de origem centro-africana, com visível inspiração nos trabalhos do historiador Robert Slenes (1995; 1999). A partir do mapeamento da origem dos africanos que viviam ali, os autores observam que aqueles africanos que compartilhavam a moradia nas senzalas tinham um entendimento a partir de referenciais próprios e reproduziam práticas cosmologicamente orientadas de sociedades centro-africanas, dando continuidade a tradições e adaptando-nas às condições de sua realidade. Os autores observam que a manutenção de uma *cultura de valor* (Singleton, 1996), uma cultura de influência africana revela que o espaço privado de convivência dos escravizados (como senzalas e florestas), menos sujeito a vigilância direta, teria sido local de resistência oculta, os *hidden transcripts* de James Scott (1990). A mobilização de determinados itens, aparentemente sem valor ou expressão estética, quando entendidos dentro de sua constelação de referências, agiam ativamente na manutenção de identidade e davam sentido e organização às resistências abertas.

O trabalho de Symanski e Gomes está em diálogo também com os estudos de Theresa Singleton (1996; 1999), arqueóloga norte-americana que se debruça sobre os campos da Arqueologia da Diáspora, da escravidão e dos Afro-Americanos. Singleton é reconhecida por sua abordagem comparativa nos estudos da escravidão nas Américas, em especial a partir da análise de prospecção em senzalas no sul dos Estados Unidos e no Caribe. Seus estudos do cotidiano de africanos e descendentes escravizados e do mapeamento da paisagem de fugas são chave para nosso debate, especialmente a partir dos conceitos de *value culture* (costumes, crenças e valores influenciados pela herança africana) e *reality culture* (aspectos do cotidiano dos escravizados que são fortemente influenciados por forças externas, especialmente as estratégias de controle social), desenvolvidos por ela (Singleton, 1996).

Conceitos que talvez possam ser pensados também a partir de uma abordagem fenomenológica, como a que propõe Marcos André T. de Souza (2010) ao se enveredar pelos interiores das habitações escravas. Ele busca não apenas compreender a arquitetura de dominação, mas, a partir do conceito de De Certeau (1996) de domínios de conhecimento, pensar como os sentidos do pisar de pés descalços sobre o chão de terra batida conferia às pessoas escravizadas que viviam ali outras formas de percepção e mesmo de existência, diferentes de seus senhores, que estavam acostumados a pisar calçados em assoalhos de madeira (Souza, 2007; 2010; Coelho, 2017). Essa abordagem também se aproxima da leitura profunda que faz Slenes (1999) sobre a “flor na senzala”. Nessa leitura, o autor encontra os sentidos do fogo, sempre aceso no interior das senzalas cabanas, a partir do entendimento de pertencimento e ancestralidade compartilhado por diferentes grupos centro-africanos ou *bantu*, em um reconhecimento e formação de identidade ampliada na diáspora.

Vestígios arqueológicos associados a dinâmica portuária cotidiana das cidades também têm instigado pesquisadores a buscar discursos não verbais em artefatos carregados de sentidos e identidades. Seja identificando artefatos em meio a bolsões de lixeiras portuárias, tais como miçangas, cristais, moedas perfuradas, adornos, associados por Tania A. Lima, Glaucia Sene e Marcos André de Souza (Lima *et al.*, 2014) no Rio de Janeiro, como passíveis de serem amuletos associados às crenças e práticas originais que se faziam presentes junto aos africanos que circulavam em altos números no Cais do Valongo na primeira metade do século XIX. Ou mesmo em contextos submersos bem definidos do ponto de vista de práticas cerimoniais, como o estudo de Luciana Noaves (2019), que fazem com que os contextos de início do século XX instiguem a atenção de pesquisadores para determinadas formas de assentamento também para períodos mais recuados. Considerando o processo de adaptação das visões afro orientadas que chegavam ao Brasil sob o jugo do cativo e aqui se reestabeleciam, encontrando margens de liberdade, re-existência e confluências identitárias como têm mostrado amplamente a historiografia acerca das identidades diaspóricas no Brasil.

Loredana Ribeiro (2012) se insere nesse debate com sua pesquisa sobre a Fazenda do Morro, no estado de Minas Gerais escravista, na qual une à análise arqueológica da tralha doméstica a metodologia da Micro-História. A partir de métodos interdisciplinares e uso variado de fontes, a autora faz um estudo de gênero centrado no cotidiano familiar de quatro gerações da família Fraga, dona das terras da Fazenda do Morro entre 1750 e 1850. O argumento de Ribeiro é pautado na mudança do consumo familiar, entendendo-no não somente através de mudanças culturais nos espaços de sociabilidade estabelecidos por uma lógica capitalista (baseados em um modo de vida burguês), mas enquanto estratégias de negociações de certos indivíduos da trama apresentada pela autora.

Neste caso, a narrativa se desenvolve em torno de Maria Cândida, filha ilegítima do padre Domingos Pereira Fraga, legitimada como sua herdeira em seu testamento. Maria Cândida, em um lugar ambíguo dentro

dessa sociedade, teria encontrado no consumo de artigos de luxo uma forma de dissimulação do contraste entre sua situação econômica e origem social. Esse mesmo tipo de consumo não teria sido percebido no cotidiano de suas primas, que contavam com uma posição social mais estável e a mesma segurança econômica, indicando que as mulheres interagiam com a cultura material em estratégias particulares de gênero (Ribeiro, 2012).

A partir da microescala, torna-se possível observar que o processo macro de expansão dos costumes de domesticidade e modo de vida burguês nos moldes do capitalismo inglês não é homogêneo ou ditado por um ritmo externo. É, na realidade, ressignificado e adaptado às condições sociais brasileiras e utilizado como estratégia de negociação de interesses e desejos de diversos grupos. Nesse sentido, estudos que buscam o entendimento da realidade por parâmetros locais podem fornecer visões complementares sobre processos globais, como inspirou no Brasil os estudos de Tania A. Lima. Portanto, a perspectiva da microescala, da abordagem local dos impactos do capitalismo, das estratégias de gênero nas negociações cotidianas, abrem um leque de múltiplas abordagens e multiescalar sobre uma trama que foi tecida por muitos fios no contexto escravocrata.

Gostaríamos de ressaltar com esses casos o potencial de pesquisas que buscam perspectivas “êmicas”, ou mais, multiperspectivas, especialmente como ajuda a pensar o caso de Loredana Ribeiro. O objetivo não é fazer um levantamento exaustivo da produção realizada, apenas elucidar a questão com alguns exemplos. Dentre eles, uma referência marcante na historiografia brasileira que busca traduzir a experiência da escravidão a partir de uma visão centro-africana de perceber o mundo e a realidade são os trabalhos de Robert Slenes (1995; 1999), os quais ressaltam o desconforto da perspectiva eurocêntrica nos estudos sobre a experiência de africanos e descendentes.

Orser Jr. alega que “é impossível não ser eurocêntrico” – argumentando sobre a relevância do Mediterrâneo e do Império Otomano ausentes na definição do Mundo Moderno e da Arqueologia Histórica nos idos da década de 1990. Curioso é a ausência de argumentos sobre uma perspectiva de orientação africana à época. Um contingente populacional de milhares de pessoas foi deslocado compulsoriamente ao longo de séculos para as Américas. Se essas milhares de pessoas inevitavelmente sofreram o impacto do colonialismo com todos os seus mecanismos de dominação, controle e violência, também inevitavelmente tiveram suas formas de perceber esse processo, cujos parâmetros definitivamente foram outros e nunca inteiramente incluídos na narrativa historiográfica antes da ruptura de paradigmas no campo por volta da década de 1980 (Mattos & Abreu, 2018).

A abrangência dos estudos passíveis de serem inseridos no âmbito da chamada “Arqueologia Histórica” (Symanski, 2009) leva ao questionamento sobre restringirmos a sua definição à noção de formação do Mundo Moderno. Zarankin (2004) prefere o uso do conceito de formação de “sociedades modernas”, enfatizando a pluralidade de experiências vividas de formas tão distintas, ainda que englobadas dentro de um mesmo contexto (Zarankin, 2004). A partir do conceito de “sociedades modernas”, parece fundamental assumir o desafio de se pensar esse processo aumentando o espectro de perspectivas sobre ele, incluindo questões que partam de outros referenciais, visões e propósitos, incluindo aqui abordagens (Kellner, 2001), mas também possíveis leituras do mundo, gramáticas, por assim dizer (Chakrabarty, 2002; Slenes, 1995; 1999; 2002).

Outros exemplos, nesse sentido, dizem respeito à chegada dos africanos no Brasil e tratam do processo de escravização, um termo que é na verdade aportuguesado da palavra em inglês *enslavement*, que dá conta de pensar a experiência da escravidão não como uma condição, mas como um processo em permanente movimento, que institui lugares sociais que são permanentemente negociados no âmbito da sociedade escravista

(Mattos, 2013; Yabeta, 2013; 2014; Lourenço, 2013; 2018). Em pesquisas realizadas nos litorais paulista e fluminense, região sudeste do Brasil, foram abordadas as engrenagens desse processo nas suas etapas iniciais, que se remete ao contexto do tráfico transatlântico de escravos na sua fase ilegal, entre 1830 e 1850 (Agostini & Almeida, 2019; Agostini, 2011a).

A estruturação de uma nova logística para recepção clandestina dos africanos permite abordar esse processo de escravização nos seus primeiros momentos após a travessia do Atlântico. Isto é, quando *malungos*, companheiros de travessia, de sofrimento e de morte tornavam-se trabalhadores escravos para a monocultura do café. Adaptando a logística tal como identificada pelo historiador Marcus de Carvalho (2012) para Pernambuco, a arqueóloga Camilla Agostini propõe uma setorização em cinco etapas no contexto sul-fluminense: “1) aproximação dos navios transatlânticos; 2) estabelecimento em ilhas; 3) trajeto das ilhas para o continente, em embarcações menores; 4) a dinâmica em entrepostos costeiros, em *complexos desagregados*; 5) os caminhos que levam ao interior” (Agostini & Almeida 2019). Essa setorização ajuda a entender o processo de desembarque na região, especialmente no sítio do Sahy (Agostini, 2019), e a mapear os espaços sociais nos primeiros momentos de ressocialização dos africanos no Brasil e a violência do processo de escravização.

As entrelinhas das pesquisas sobre a clandestinidade fizeram perceber outras perspectivas de visão de mundo e de inserção social para personagens que são velhos conhecidos dessa história. Camilla Agostini e Marcos Abreu de Almeida, discutindo o caso em artigo conjunto, fazem referência ao desembarque de *cabiúnas*, que seriam os negros que vinham ilegalmente da África depois de proibido o tráfico de escravos. A referência sugere um termo usado como um jargão da clandestinidade, mas seria uma palavra originalmente do tupi-guarani e refere-se etimologicamente a uma árvore de madeira preta, dura, resistente, de grande porte e frondosa; um tipo de jacarandá (Agostini & Almeida, 2019).

Destaca-se a possível ambiguidade e polissemia do termo no contexto da clandestinidade na região litorânea⁶ a depender de quem a tinha como referência: para um traficante, *cabiúnas* seria usado como um codinome clandestino para designar sua mercadoria de cor preta e de boa qualidade; para grupos indígenas e descendentes mestiços, como reconhecimento daqueles (outros) africanos que chegavam, mas eram escravizados de maneira ilícita; e para os próprios africanos, em diálogo com as populações locais, como forma de se fazer compreender e de afirmar a sua potência como ser humano. Ao se autodenominarem como *cabiúnas*, seria como se esses africanos encontrassem de alguma maneira um lugar de afirmação sobre sua liberdade roubada, conseguindo, ainda, traduzir na língua do outro aquilo que era fundamental para si: o uso da metáfora de uma árvore, preta, de excelente qualidade que tinha a força para reerguer toda uma linhagem, como um Jacarandá (Agostini & Almeida, 2019).

Não foi por acaso que no interior, onde foram se estabelecer e onde deixaram sua herança e herdeiros, no Vale do Paraíba dos séculos XX e XXI, que esse vocábulo tenha permanecido como uma expressão de afirmação positiva, de conhecimento e de liderança, por exemplo, no nome de mestres jogueiros em Pinheiral, como é o caso da família do já falecido Mestre Cabiúna⁷. Se a herança desse vestígio do vocabulário da ilegalidade nas populações do pós-abolição e mesmo contemporâneas é marcada por terem sido Cabiúnas os últimos africanos a chegar, isto é, por uma questão de proximidade temporal, parece igualmente plausível

⁶ Luciana Alves (2016) se dedicou ao levantamento de lugares da clandestinidade no litoral paulista.

⁷ Entrevista com Mestre Cabiúna realizada por Maria de Fátima da Silveira Santos e Matthias Röhrig Assunção, na cidade de Pinheiral, em 25 de setembro de 2010 – fora desenvolvida no âmbito do projeto Passados Presentes, coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Gringberg. Acervo LABHOI – Universidade Federal Fluminense.

supor que há nessa “permanência subterrânea” outros tipos de reconhecimento e afirmação – lembrando aqui o conceito de memórias subterrâneas de Michael Pollak (1989).

As fontes materiais, em particular a arquitetura que deu suporte à logística da ilegalidade, ajudam a pensar a estrutura integrada a um processo. O sistema teve que se reorganizar, implantar uma nova infraestrutura clandestina para a recepção dos africanos que chegavam a bordo dos navios. Por outro lado, a atenção sobre determinados vocábulos e seus significados, em seus respectivos contextos de ação, traz para a cena novas categorias sociais, não apenas aquelas usadas pelos registros oficiais, o que implica novas formas de ser e estar no mundo.

Vale lembrar o caso de artesãs em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, mulheres livres e pobres, brancas e pardas, que traz a possibilidade de que elas estivessem reproduzindo uma “estética de inspiração africana” em panelas de barro, que era amplamente comercializada pela praia de São Francisco, até mesmo para a Corte do Rio de Janeiro (Agostini, 2010). As mulheres que encabeçavam unidades domésticas nas praias de São Sebastião viviam de fazer panelas de barro com uma estética muito peculiar no século XIX, estética essa que desaparece no século XX. Elas sugerem uma interação diferenciada com a nova dinâmica instaurada nas proximidades dos portos através do consumo de miudezas. Essas mulheres viviam de fazer louça e sustentavam a economia doméstica de seus lares, sendo que segundo a memória oral eram pejorativamente chamadas de paneleiras. Poderiam ainda compor redes de inter-relação e de certa maneira apoio em particular a mulheres escravizadas, especialmente as que se ocupavam das atividades domésticas em uma espécie de contra engrenagem, reforçando um outro lado da história naquele sistema de horror – possivelmente, o mesmo lado que produzia “cabiúnas” e não genericamente “africanos”. Em diálogo com uma estética fortemente africanizada que, no caso das ruas do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, era tão marcante, como ressaltou Mary Karasch (2000), que poderia fazer um viajante distraído achar ter desembarcado em Luanda, tal era a força da presença africana nas ruas da cidade.

Essa perspectiva traz para a cena litorânea personagens femininos em meio a traficantes, comerciantes, intermediários, práticos de portos, canoeiros, pescadores, tropeiros que faziam girar a engrenagem do sistema da clandestinidade para a recepção de africanos. Parte de uma contra engrenagem que fazia circular outras consciências sobre si e sobre o outro, além das suas possibilidades materiais de existência e expressão em um regime de opressão.

Buscar multiperspectivas de realidades que coexistem faz pensar uma arqueologia, no caso abordado, do século XIX aberta às possibilidades e aos desafios de visões um pouco menos incompletas de mundo. Atentando para um debate interdisciplinar que ultrapasse a dicotomia de uma perspectiva de tempo histórico que distancia o passado do presente, em favor do conceito de *coetaneidade*, de Johannes Fabian (2013). Desconstruindo hierarquias temporais globais, esse conceito reivindica um olhar que dê conta da intersubjetividade das trocas culturais entre pesquisadores e as populações estudadas, mas podemos pensar também na relação entre os diferentes grupos no passado. Se as críticas e formulações conceituais apresentadas por Fabian colocam em cheque o colonialismo velado nas doutrinas científicas e a legitimação de projetos imperialistas que elas geram, ainda há muito o que rever de uma perspectiva de um tempo hegemônico que pauta os parâmetros da história e do estudo do passado enquanto uma construção particular às populações ocidentais de influência judaico-cristã.

O autor defende o entendimento de que categorias temporais utilizadas nas análises sobre o passado não são inerentes a todas as populações humanas, mas, antes, a um produto da nossa própria trajetória de construção

de entendimentos de mundo (como a modernidade). A partir dessa perspectiva, Fabian reflete criticamente sobre as possibilidades epistemológicas da construção de narrativas que abarquem existências coevas e particulares de diferentes sociedades-em-relação, rejeitando a negação da coetaneidade, ou seja, a localização hierárquica do outro, que reforça a hegemonia das tradições intelectuais eurocentradas. Isso não significa suprimir das análises as tensões, conflitos, relações de poder estabelecidas entre os diferentes grupos, mas vislumbrá-las a partir de múltiplos espectros – que são, por fim, coetâneos.

Na mesma esteira dessa reflexão, Chakrabarty e outros intelectuais sul-asiáticos alinhados aos *subaltern studies* criticam a soberania da Europa enquanto “sujeito teórico de todas as histórias” (Júnior *et al.*, 2015), e a inadequação do uso de fundamentos teóricos europeus como base de análise para contextos não-europeus. Nesse sentido,

o uso das categorias marxistas como pré-burguês e pré-capital possuem o mesmo pressuposto epistemológico dado que o prefixo pré, nesse caso, pressupõe uma relação tanto cronológica quanto teórica, pois a história torna-se possível de ser conhecida teoricamente a partir de uma categoria política e universal: o capitalismo (Júnior *et al.*, 2015, p. 70).

Tal afirmação é imprescindível para a reflexão acerca de nossos próprios referenciais teórico-conceituais. O estudo da escravidão enquanto sistema integrado, dependente e constituinte do capitalismo nos fornece diversas respostas sobre a perpetuação dos conflitos de raça e classe no Brasil do século XXI, bem como expõe as redes de domínio e poder articuladas pelas elites europeias e americanas. Contudo, restringir as possibilidades de análise do passado aos pressupostos teóricos homogeneizantes e racionalistas de caráter invariavelmente eurocêntrico elimina narrativas e ontologias que não se encaixam na cosmovisão europeia ou o que as tradições intelectuais vinculadas às instituições acadêmicas consideram como “consciência histórica”.

A abordagem a partir de uma perspectiva voltada para mulheres que existiam a partir de significados próprios; a perspectiva dialética em escala micro correlacionada com a escala estrutural-sistêmica; a abordagem de processos de estruturação social; a perspectiva em rede dos interesses de venda e consumo em torno de bens que intermediavam as relações entre esses personagens; a abordagem estética e do papel de impressões imagéticas nos sentidos visuais e no cotidiano das ruas e das casas por onde esses produtos manufaturados circulavam, etc. abrem o leque de multiperspectivas em termos de abordagens, ampliando as possibilidades analíticas a partir de cosmovisões heterogêneas (Kellner, 2001).

Mas, talvez, seja ainda mais importante, recheiar o multiperspectivismo com os sentidos de temporalidades, de existências e de entendimentos da realidade. Para isso, a abordagem de gramáticas culturais que ensina Robert Slenes (1995; 1999), a atenção para os desafios da tradução que alerta Dipesh Chakrabarty (1997) e o caminho da coetaneidade para onde aponta Johannes Fabian (2013) são importantes suportes para encontrar múltiplos sentidos em categorias, lugares e experiência sociais. É claro que isso deve ser somado ao fato de que devemos atentar aos perigos de essencialismos, como alerta Scott Allen (2016), traduzidos no conceito de *Afrofatos*.

Para que seja então possível encontrar Cabiúnas e seus múltiplos possíveis entendimentos em meio a uma rede integrada de grupos não-hegemônicos e grupos dominantes. Não apenas seus significados enquanto representações discursivas, mas como formas de ser, de existir e de se afirmar durante o escravismo na relação com o(s) outro(s). Para que também seja possível melhor conhecer a história como a de mulheres que eram chefes de família, produtoras de bens, negociantes de suas mercadorias em portos e mercados, que sustentavam

crianças, familiares, agregados, até mesmo escravos, apenas com suas poucas posses. E que talvez por ocuparem lugares como esse no mundo ficaram “mal faladas” na história-memória. Na cidade de São Sebastião de hoje, no litoral norte de São Paulo, o nome de “paneleiras”, tal como ficaram conhecidas essas mulheres que “viviam de fazer louça”⁸ na região, esconde um insulto. A memória de antigas lembra como o termo em outros tempos era quase um xingamento, era como chamar a mulher que fazia a própria vida de “prostituta”. Como eram vistas essas mulheres pelos estrangeiros africanos e africanas? Como elas, por sua vez, se relacionavam com as mulheres negras das fazendas que lhes compravam as panelas produzidas com uma estética tão peculiar? E as próprias panelas, a quantos mundos terão pertencido?

Se as miudezas materiais do cotidiano abrem margens para essas possibilidades, potencializadas pelo cruzamento com as fontes manuscritas, iconográficas, cartográficas, etc., o trabalho com a memória e a História Oral são também campos profícuos no que concerne à construção de narrativas histórico-arqueológicas que subvertem a lógica eurocêntrica de se pensar o passado. Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Gringberg no projeto Passados Presentes se dedicam a estudar e propor políticas de reparação do passado escravista no contexto de leis que valorizam a cultura afro-brasileira como patrimônios imateriais brasileiros (Decreto nº 3.551/2000) e reconhecem direitos territoriais dos remanescentes de comunidades quilombolas (Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988). A partir das tradições orais e memórias dos descendentes de escravos de comunidades quilombolas, o projeto Passados Presentes em diálogo com registros escritos sobre o passado, bem como da relação desses grupos com seus territórios e patrimônios materiais remanescentes reconhecidos por eles, constrói de forma colaborativa, junto a comunidades jongueiras e quilombolas, uma outra história sobre as últimas décadas da escravidão e do tráfico atlântico clandestino, cujos referenciais são as experiências vividas pelos escravizados e suas estratégias de sobrevivência que foram herdadas pelos seus descendentes através da memória familiar. Nesse sentido, a tradição oral constitui uma importante base de identidade que não apenas vem do legado de uma memória coletiva, mas como força política na manutenção de territórios, constantemente ameaçados por agentes externos. Essa tradição é, sobretudo, uma importante ferramenta de combate e resistência ao racismo estrutural da nossa sociedade, que é constantemente reforçado através do silenciamento e exclusão dos saberes e tradições populares pela episteme acadêmica. Esse caso faz lembrar que pensar o passado é uma prerrogativa do presente, sempre.

Vale ressaltar que há uma importante e crescente produção sobre arqueologia da experiência afro-brasileira para além de contextos escravistas; e sobre contextos religiosos e/ou sagrados, quilombos contemporâneos e outros, especialmente em diálogo com a antropologia e práticas colaborativas que merecem um espaço próprio de reflexão. Espaço esse em que possamos notar suas aproximações e seu potencial para renovação, oxigenação e revitalização dos estudos sobre a Diáspora e Mundo Atlântico (Novaes, 2013; 2018; Goldenstein, 2016; 2019; Pereira, 2018a; 2018b; Ferreira, 2018; Carvalho, P., 2012; Hartemann & Moraes, 2018; Meza, 2019; Maximo, 2017; Almeida, 2014a; Andrade, 2019).

Podemos pensar, portanto, as experiências vividas nos oitocentos a partir de diversas óticas contra-hegemônicas e temporalidades que não compartilham necessariamente das questões “modernas” (aqui no sentido de condicionadas à dominação europeia e à perspectiva da expansão do capitalismo), estando vinculadas

⁸ Expressão tal como aparece nos Mapas Populacionais, décadas de 1820-1830, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁹ Entrevista realizada pela historiadora Aline Mazza com Dona Dulce, irmã de Dona Adélia Barsotti, ceramista em São Sebastião / SP, 2009. Acervo pessoal da pesquisadora, gentilmente cedido.

a outras formas de conceber o mundo (Agostini, 2011b). Para tanto, é preciso haver um diálogo entre escalas e temporalidades para que as análises não se excluam, mas sim se aprofundem em suas especificidades e ampliem o acesso a diferentes gramáticas e cosmovisões, entrelaçando-as com reivindicações políticas do presente.

Perspectivas sistêmicas, estruturais, de escala macro são fundamentais para a compreensão do processo de estruturação de sistemas hegemônicos aos quais as experiências da modernidade estão interligadas. No entanto, ressalta-se a necessidade da integração dessas visões com estudos do cotidiano, na microescala, pois é a partir deles que percebemos o movimento das contra engrenagens, sendo estas entendidas como partes que fazem mover não apenas novos campos de possibilidades e de mudança do sistema, mas que abrem pequenas brechas para que, no dia a dia das pessoas comuns, existam múltiplas margens de ser e de existir no mundo.

Um excelente exemplo dessa integração, retomando o diálogo com as possibilidades analíticas do conceito de segunda escravidão como articulador de entendimento sobre mudanças sistêmicas, é a defesa da compatibilidade epistemológica entre micro-história e segunda escravidão feita por Mariana Muaze. A partir da variação de escalas¹⁰, Muaze (2020) articula a esfera sistêmica ao cotidiano, observando através da micro-história “as descontinuidades e heterogeneidades dos lugares, grupos, indivíduos e instâncias estudadas”. Ou seja, “dessa forma, o tempo curto também poderia ser entendido como uma confluência de tempos múltiplos, constituintes de um tempo plural” (Muaze, 2020), que se comporta dialeticamente com a macro escala, coadunando e moldando as grandes estruturas temporais na mesma medida em que reivindica seu próprio lugar e especificidade no mundo através de seus signos e gramáticas.

Como propõe Chakrabarty (1997), de acordo com Júnior *et al.* (2015, p. 75), “a ideia é inscrever na história da modernidade as ambivalências, contradições, uso da força e tragédias que lhe serviram no processo de imposição”. Nesse sentido, a análise das contra engrenagens do sistema se torna tão imprescindível quanto a teorização sobre as macro esferas. Por outro lado, ampliar e renovar nossas ferramentas conceituais e práticas de pesquisa parece um desafio constante para contemplar um amplo espectro de perspectivas, temporalidades e formas de perceber e traduzir a realidade. É um desafio político, metodológico e epistemológico.

Através da incorporação da população local nas pesquisas conduzidas em áreas de sítios arqueológicos (postura adotada também por Mark Leone), fenômeno chamado *zona de contato*, Hamilakis (2013) crê que:

Os objetivos finais da etnografia arqueológica são ultrapassar e transgredir os limites disciplinares, e questionar a estabilidade ontológica de binarismos como pessoa/objeto e passado/presente. Rejeitando a noção estática e moderna de temporalidade linear, a etnografia arqueológica produz um campo compartilhado não apenas de convívio, mas também de multi-temporalidades, assim permitindo a coexistência ativa de múltiplos tempos, a que são dados substância e agência através da durabilidade dos materiais e sua recepção sensorial e mnemônica por humanos (Hamilakis, 2013, p. 182, *tradução nossa*)¹¹.

As significações produzidas na *zona de contato* provam, sobretudo, que arqueologia é, como advoga Mark Leone a partir de uma perspectiva crítica, política. O autor exemplifica isso ao narrar a experiência que teve ao escavar sítios arqueológicos em Annapolis, capital do Estado de Maryland nos Estados Unidos, em diálogo

¹⁰ Metodologia proposta por Jacques Revel (1998).

¹¹ “The ultimate aims of archeological ethnography are to overcome and transgress disciplinary boundaries, and question the ontological stability of binarisms such as person/object and past/present. Rejecting the modernist and static notion of linear temporality, archaeological ethnography produces a shared ground not only of co-presence, but also of multi-temporality, this enabling the active coexistence of multiple times which are given substance and agency through the durational qualities of materials and their sensorial and mnemonic reception by humans (Hamilakis 2011b).” (Hamilakis, 2013, p. 182.)

com grupos afro-americanos responsáveis pela preservação da história e cultura afro-americana em Maryland, na década de 1990. É incrível observar que esse diálogo resultou em análises mais profundas sobre questões que antes seriam ignoradas ou sequer concebidas, como a reivindicação por uma narrativa de passado que não limitasse e condicionasse a representação das populações afrodescendentes unicamente à experiência do cativo (Leone, 1995, p. 262).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar a reflexão – a partir do encontro dos estudos sobre Mundo Atlântico e Diáspora, em diálogo com as definições de “Arqueologia do Mundo Moderno” e do Capitalismo –, retomemos as bases que definem o campo da chamada “Arqueologia Histórica”. Para além do já exposto, fica o questionamento de porque a inserção violenta dos africanos na modernidade capitalista do Mundo Atlântico dos oitocentos faz com que os enxerguemos sempre (ou prioritariamente) como *peças* dessa engrenagem, isto é, como “escravos”. Sendo assim, gostaríamos ainda de reforçar, em última instância, a seguinte questão: em que medida no âmbito de suas próprias histórias, os povos advindos do continente africano que foram submetidos ao cativo podem ter uma outra perspectiva de análise a partir de outros referenciais? Não aceitamos e reiteramos a violência da travessia do Atlântico como uma mutilação de suas memórias e da longa duração de suas genealogias e histórias quando assumimos a perspectiva “de uma arqueologia do capitalismo” ou “do mundo moderno” como única e exclusiva – *inclusive como definidora de uma “Arqueologia Histórica”*?

As “sociedades modernas” estruturadas no âmbito da expansão e consolidação do capitalismo são sim um espectro, uma abordagem possível para a compreensão de processos de formações sociais, políticas, econômicas e culturais na longa duração, e em larga escala geográfica, que podem ser estudados nas suas experiências e respostas locais (Zarankin, 2004). Aqui propusemos inclusive o aprofundamento desse olhar com a aproximação ao conceito de Segunda Escravidão. Mas essa é *uma* perspectiva. Ela não precisa ser a única, tampouco a prioritária.

O multiperspectivismo expande nossos horizontes de análise, buscando fragmentos de um passado que resiste aos moldes e diretrizes de um sistema de pensamentos de raiz ocidental cristã. Compreender as transformações culturais do processo de formação do mundo capitalista é perceber que ele não foi homogêneo. É preciso que exploremos outras abordagens, que permitam recuperar, a partir de constelações de referências próprias, a trajetória de indivíduos históricos que não encontram lugar de ser e de existir nos espaços da semântica elitizada da branquitude. O multiperspectivismo, em abordagens inéditas e distintas, demanda o reconhecimento de outras experiências de vida, fundamentadas em símbolos, crenças e referenciais particulares. Defendê-las é advogar por um entendimento mais diverso e íntegro sobre nosso passado e nosso presente.

A partir da noção de que o estudo do passado deve ultrapassar narrativas hegemônicas e expandir suas abordagens; de que devemos abarcar outros sistemas de referências que não apenas os da modernidade capitalista, não seria incongruente continuarmos também vinculados (ao menos do ponto de vista conceitual) à designação de Arqueologia “Histórica”?

Conscientes das problemáticas que envolvem a definição de um campo de estudos tão extenso temporal e tematicamente (o da chamada Arqueologia Histórica), este artigo apenas se debruça de forma teórico-conceitual sobre essas questões, cientes de que há repercussões de outras instâncias, burocráticas e de gestão

por exemplo. Nosso objetivo é contribuir com uma reflexão para que sejam repensadas não apenas novas nomenclaturas, mas definições limitantes e limitadas, abrindo espaço pra construirmos novos entendimentos sobre o passado e sobre nosso posicionamento político acadêmico.

As divisões e conceituações refletem nosso entendimento e construção do passado ou as estruturas acadêmicas de poder e (auto)gestão? Como essas instâncias implicam uma sobre a outra? Como podemos atualizá-las? Há, ainda e também, questões que reverberam na seara da gestão do patrimônio, como critérios temporais até hoje inconclusos sobre a definição de que patrimônio relativo a um passado recente seguirá protegido pela lei. Como referido, nossa contribuição nesse texto tem os limites das implicações do ponto de vista conceitual na prática da pesquisa. O intuito é contribuir para um debate sobre como a interdisciplinariedade e o multiperspectivismo podem atuar como ferramentas nos desafios políticos, metodológicos e epistemológicos para uma visão coetânea de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostini, C. (2019). Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Vol. 13, n. 1, p. 29-50.
- Agostini, C. (2011a). *Mundo Atlântico e Clandestinidade. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX*. (Tese de Doutorado). Departamento de História. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Agostini, C. (2011b). A vida social das coisas e o encantamento do mundo na África central e diáspora. *Métis: história & cultura*, Vol. 10, n. 19, p. 165-185.
- Agostini, C. (2010). Painéis e paineleiras de São Sebastião: um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Vol. 4, n. 2, p. 126-144.
- Agostini, C. (2013). À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 7, p. 77-105.
- Agostini, C., & Almeida, M. D. (2019). De Mvika à Cabiúna: a dinâmica social de pessoas e lugares no processo de escravização durante o segundo escravismo. In: Santos, Vanicléia Silva; Symanski, Luís Cláudio & Holl, Augustin. *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana*. Curitiba: Editora Prismas. p. 155-191.
- Almeida, M. A. L. de. (2014a). As Vozes Centro-Africanas no Atlântico Sul (1831-c.1850). In: Carmo, L. do; Lima, I. S. (Org.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora Africana*. 1ed. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, v. 1, p. 73-104.
- Allen, S. J. (2016). Afrofatos. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Vol. 10, n. 1, p. 93-105.
- Andrade, C. et al. (2019). Patrimônio, conservação e comunicação. Educação patrimonial nas ruas do Rio: respeito, apropriação e legitimação, o caso do Cemitério do Largo de Santa Rita. *Anais V Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico. Rio de Janeiro*, MAST, p. 214-236.
- Alves, L. B. (2016). *A Diáspora Africana no litoral norte paulista: desafios e possibilidades de uma abordagem arqueológica*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bava-de-Camargo, P. F. (2002). *Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP. 2002*. Diss. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Beaudry, M. (2008). Above vulgar economy: the intersection of historical archaeology and microhistory in writing archaeological biographies of two New England merchants. In: Brooks, J. F. *et al.* (ed.). *Small Worlds: method, meaning and narratives in microhistory*. Santa Fé: School for advanced research press, p. 173-198.
- Berman, M. (2007). *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Editora Companhia das Letras.
- Blackburn, R. (2016). Por que Segunda Escravidão? In: Marquese, R. D. B., & Salles, R. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 13-54.
- Brooks, J. F., & Decorse, C. R. (2008). *Small Worlds: Place, Event, and Narrative Craft: Method and Meaning in Microhistory*. Walton, John (Ed.) Santa Fe: School of Advanced Research, Disponível em SAR Press [http://press\[at\]sarsf.org](http://press[at]sarsf.org).
- Cardoso, C. F. S. (1975). O modo de produção escravista colonial na América. In: Santiago, T. (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Carvalho, M. J. M. (2012). O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de Historia (USP)*, v. 167, p. 223-260.
- Carvalho, P. M. de. (2012). *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. (Dissertação de Mestrado) – São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Certau, M. D. (1996). *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Ed. Vozes. Petrópolis.
- Chakrabarty, D. (1997). The time of History and the Time of Gods. In: Lowe, L., & Lloyd, D. (ed.) *Politics of Culture in the shadow of capital*. Durban & London: Duke University Press, p. 33-60.
- Coelho, R. G., & Graça, A. da. (2017). *Sensorial Regime of “Second Slavery”: Landscape of Enslavement in the Paraíba Valley (Rio de Janeiro, Brazil)*. Binghamton, (Tese Doutorado) Departamento de Antropologia, Binghamton University.
- Courtney, P. (2009). The current state and future prospects of theory in European post-medieval archaeology. In: Majewski, T., & Gaimster, D. (eds.) *International Handbook of Historical Archaeology*. Springer, p. 169-189.
- Fabian, J. (2013). O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto. *Petrópolis: Editora Vozes*.
- Ferreira, L. M. (2018). Archaeology of Slavery Resistance in Brazil. In: Cornell, P., Ersgard, L., & Nilsen, A. (Eds.). *Urban Variation: utopia, planning and practice*. North Caroline, Lulu Press, 2018. p. 539-560.
- Funari, P. P. A. (1999). Arqueología e Historia, Arqueología Histórica mundial y de América del Sur. In: *Anales de Arqueología y Etnología, Mendoza*. p. 109-132.
- Funari, P. P. A. (2002). A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: Zarankin, A., & Senatore, M. X. (orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Cultura Material, discursos e práticas*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente.
- Funari, P. P. A., & Ferreira, L. M. (2016). Historical archaeology outlook: a Latin American perspective. *Historical Archaeology*, v. 50, n. 3, p. 100-110.
- Gilroy, P. (2002). *O Atlântico Negro — Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM — Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Goldenstein, S. L. (2016). Planting Axé in the City: urban terreiros and the growth of Candomblé in the Nineteenth-Century Salvador, Bahia. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, (5) 2, 2016, p. 71-101.
- Goldenstein, S. L. (2019). Arqueologia do Axé. Considerações sobre o estudo do Candomblé baiano oitocentista. In: Santos, V. S., Symanski, L. C., & Holl, A. *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana*. Curitiba: Editora Prismas.

- Gorender, J. (1978). *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática.
- Hamilakis, Y., & Theou, E. (2013). *Enacted multi-temporality. Reclaiming Archaeology: Beyond the Tropes of Modernity*. Alfredo Gonzalez-Ruibal, ed, p. 181-194.
- Hall, S. (2009). *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- Hartemann, G., & de Moraes, I. P. (2018). Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Vol. 12, n. 2, p. 9-34.
- Johnson, M. (1996). *An archaeology of capitalism*. Oxford: Blackwell.
- Johnson, M. H. (1999). Rethinking Historical Archaeology. In: Funari, P. P. A., Hall, M., & Jones, S. (Eds.). *Historical Archaeology, back from the edge*. Londres: Routledge, p. 43-56.
- Júnior, A. M. E., Lima, M. C., & De Almeida, C. S. D. M. (2015). Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 7, n. 13, p. 61-79.
- Karasch, Mary C. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 168-206.
- Kellner, D. (2001). Por um estudo cultural, multicultural e multiperspectivístico. In: Kellner, D. *A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru, São Paulo: EDUSC, p. 123-160.
- Koselleck, R. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio.
- Leone, M. P. (1995). A historical archaeology of capitalism. *American anthropologist*, v. 97, n. 2, p. 251-268.
- Lima, H. E. (2006). *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, T. A. (1994). De morcegos e caveira a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX. *Anais do Museu Paulista Nova Série. História e Cultura Material*. Vol. 2, n. 1, p. 87-150.
- Lima, T. A. (1995). Pratos e mais pratos. Louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista. Nova Série. História e Cultura Material*. Vol. 3, n. 1, p. 83-84.
- Lima, T. A. (1996). Humores e Odores. Ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Manquinhos – História, Ciência e Saúde*. Vol. 2, n. 3, p. 44-94
- Lima, T. A. (1997). Chá e simpatia. Uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, Vol. 5, p. 93-129.
- Lima, T. A. (1999). El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario em el Rio de Janeiro del siglo XXI. In: Zarankin, A., & Acuto, F. (Ed.). *Sed non satiata. Teoría social en el arqueología latino-americana contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente.
- Lima, T. A., Souza, M. A. T. de, Sene, G. M. (2014). Weaving the Second Skin: Protection Against Evil Among the Valongo Slaves in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v. 3, n. 2, p. 103-136.
- Lourenço, T. C. P. (2013). Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul-fluminense. In: Mattos, H. (Org.) *Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: Editora da UFF.
- Lourenço, T. C. P. (2018). *O Império da Escravidão. O complexo Breves no vale do café (Rio de Janeiro, c. 1850-1888)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Marquese, R. de B. (2006). Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, Vol. 14, p. 11-57.

- Marquese, R. de B., & Tomich, D. (2009). O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *O Brasil Imperial 1831-1889*.
- Mattos, H. (org.) (2013). *Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: Editora da UFF.
- Mattos, H., & Abreu, M. (2018). Performing History: Jongos, Quilombos and the Memory of Illegal Atlantic Slave Trade in Rio de Janeiro, Brazil. In: Dean, D. M. (Org.). *A Companion to Public History*. 1ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, p. 391-403.
- Maximo, B. P. (2017). *Um lugar entre dois mundos: paisagens de Mbanza Kongo*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Meza, E. (2019). Narrativas sensoriais. Resignificando a escravidão: A “Dança dos Orixás”. *Anais XIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, Porto Alegre, 2019.
- Mintz, S. W., & Price, R. (1976). *The birth of african-american culture. An anthropological perspective*. Boston: Beacon Press, 1992.
- Muaze, M. (2020). Segunda escravidão e micro-história: um diálogo possível. In: Muaze, M., & Salles, R. H. *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. Casa Leira, p. 241-259.
- Novaes, L. de C. N. (2013). *A Morte Visível e a Vida Invisível: um estudo sobre o assentamento de Exu e a paisagem sagrada da Enseada Água dos Meninos, Salvador (Bahia)*. (Dissertação de mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe.
- Novaes, L. de C. N. (2018). Arqueotextura e o esboço de uma antecipação o princípio simétrico na escrita dos atos, materiais e ambientes. *Revista de Arqueologia Pública*. Vol.12, n. 1, p. 47-69.
- Orser Jr., C. (1992). *Introdução a Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- Orser Jr., C. (2013). *A historical archaeology of the modern world*. Springer Science & Business Media.
- Orser Jr., C. E., & Fagan, B. M. (1995). *Historical archaeology*. New York: Harper Collins College Publishers.
- Pereira de Queiroz, M. I. (1973). Do rural ao urbano no Brasil. In: Szmercsányi, T., & Queda, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Editora Nacional.
- Pereira, R. (2018a). Fazer-se criança no candomblé – infância, educação formal e gênero: visibilidades no registro arqueológico. *Revista de Arqueologia*. Vol. 31, n° 2, p. 158-175.
- Pereira, R. (2018b). Materiais Plásticos e Arqueologia: um estudo de caso a partir do Sítio Arqueológico do Terreiro da Gomeia (Duque de Caxias/RJ). *Revista de Arqueologia Pública*. Vol.12 (2).
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, p. 3-15.
- Revel, J. (org.) (1998). *Jogos de escalas. A experiência da micro análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ribeiro, L. (2012). María, Parvoa Exposta, Domingos, Padre Maculado. Ensaio de Arqueologia Micro Histórica. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte, vol. 6. n° 2, p. 131-180, jul./dez.
- Saes, D. A. M. de. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. (1982). 2v. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281345>. Acesso em 8 jul. 2021.
- Singleton, T. (1996). The Archaeology of Slave Life. In: Orser Jr., C. *Images of the Recent Past: Readings in Historical Archaeology*. Walnut Creek, California: Altamira Press.
- Singleton, T. (ed.) (1999). *I, Too, Am America: Archaeological Studies of African-American Life*. University of Virginia Press.

- Slenes, R. W. (1999). *Na senzala uma flor* As esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Slenes, R. W. (1995). “Malungu, ngoma vem!” África encoberta e descoberta no Brasil. *Cadernos da escravatura*, Luanda.
- Slenes, R. W. (2002). The great porpoise-skull strike: central african water spirits and slave identity in early-nineteenth-century Rio de Janeiro. In: *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 183-208.
- Sodré, N. W. (1967). *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Souza, M. A. T. de (2007). Uma Outra Escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 1, n. 1, p. 59-92.
- Souza, M. A. T. de. (2010). *Spaces of difference: an archaeology of slavery and slave life in a 19th century Brazilian plantation*. (Tese de Doutorado) – Syracuse: Syracuse University.
- Symanski, L. C. (2009). Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: Morales, W. F., & Moi, F. P. (Org.) *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo, MA: Annablume, p. 279-310
- Symanski, L. C. P., & Gomes, F. (2013). Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história. *Revista de História Comparada*, v. 7, n. 1, p. 293-338.
- Symanski, L. C. P., & Gomes, F. (2019). Rebeliões, ferreiros e cultura material: transcrições escondidas e a materialidade da resistência nas fazendas de café do Vale do Paraíba. In: Santos, V. S., Symanski, L. C. P., & Holl, A. *Arqueologia e história da cultura material na África e na diáspora africana*. Curitiba: Editora Prismas.
- Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura tradicional*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Tomich, D. W., De Pádua, A. D., & Marquese, R. de B. (2011). *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Yabeta, D. P. (2013). Da comunidade remanescente de quilombo ao tráfico de africanos livres: os processos da Auditoria Geral da Marinha sobre apreensões de recém-desembarcados na Ilha da Marambaia (RJ) – 1850-51 In: Mattos, H. (Org.). *Diáspora negra e lugares de memória: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*, Niterói: EDUFF, 2013.
- Yabeta, D. P. (2014). *Marambaia. História, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro* (c. 1850 – tempo presente). Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF.
- Young, T. (1988). Cuyler. Desde Heródoto, a história tem sido um conceito válido? *American Antiquity* 53 (1): 7-12 (tradução por Irmhild Wüst não publicada / Universidade Federal de Goiás).
- Zarankin, A. (2004). Hacia una arqueología histórica latinoamericana. In: Funari, P. P. & Zarankin A. *Arqueologia Histórica en América del Sur; Los desafíos del siglo XXI*. Bogotá: Ediciones Uniandes, p. 127-141.